

## Declaração – Isto não é um manifesto<sup>1</sup>

Rubens Antonio Gurgel Vieira  
Maurício Massari

O filósofo italiano Antonio Negri, especialista em filosofia do Direito, e seu parceiro de escrita e ex-aluno, o estadunidense Michael Hardt, conhecidos principalmente pela obra *Império* (2000)<sup>2</sup>, mas coautores em vários outros livros, retornam dando continuidade aos pensamentos sobre a sociedade neoliberal contemporânea. O momento não poderia ser mais relevante, uma vez que os pensadores, influenciados pela filosofia francesa contemporânea de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, atualizam o pensamento clássico da esquerda e apresentam uma alternativa ao binômio político em voga. O principal objetivo dos autores neste livro é apontar como a racionalidade política e econômica, entendida como neoliberalismo, falha em conseguir governança global democrática, permitindo que os fluxos de capitais circulem de forma a favorecer o acúmulo e terminando por oprimir ainda mais as camadas menos privilegiadas.

Atualmente, o sistema socioeconômico denominado neoliberalismo é fustigado por outra de suas crises insolúveis, uma vez que, para continuar funcionando, necessita de uma constância e aumento dos lucros – o que, para os autores, já se mostrou impossível de ser concretizado sem comprometer uma sociedade democrática, e mesmo o futuro do planeta.

Entretanto, como está evidenciado no título da obra publicada pelos autores Antonio Negri e Michael Hardt, a ideia não é propor um manifesto contra os modos de vida atuais, o que demandaria uma série de formulações universais, mas sim pensar a partir de inúmeros movimentos acontecidos por todo o mundo desde 2011. Para ambos, o atual ciclo de lutas pode ser melhor entendido a partir da “Primavera Árabe”, “Occupy Wall Street”, o movimento espanhol “Podemos” e de algumas experiências governamentais latinas.

---

<sup>1</sup> NEGRI, Antonio. HARDT, Michael. **Declaração: isto não é um manifesto**. São Paulo: N-1, 2014.

<sup>2</sup> NEGRI, A.; HARDT, M. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Em comum aos movimentos que explodiram pelo mundo a partir de 2011, lutas por uma democracia real em oposição a uma razão de Estado republicana que, em pouco mais de dois séculos, não cumpriu suas promessas. Assim, o objetivo do texto é abordar os desejos e realizações do ciclo de lutas iniciado na segunda década do novo milênio através da investigação das condições sociais e políticas gerais em que essas lutas se originaram, para atacar as formas dominantes de subjetividade.

No primeiro capítulo, denominado “Assumindo o bastão”, os autores enaltecem a ideia de multidão, debatendo o conceito de *comum* a partir do novo ciclo de lutas. Desta forma, os novos movimentos sociais são lutas singulares que modificam o senso comum, pois possuem um contrapeso ao poder global que solapa o comum, destruindo possibilidades de compartilhamento da organização, planejamento, convívio e desenvolvimento da vida coletiva.

Os autores elencam então estratégias que atravessaram todos os movimentos, em atos que incluem a ocupação, o sedentarismo, a organização em forma de multidão, a luta pelo comum em forma de oposição tanto à injusta propriedade privada quanto ao Estado totalitário. Ao esboçar algumas possibilidades de próximos passos, sugerem a rejeição à representação, a luta pela democracia direta, o que garantiria um poder constituinte que reflita os interesses da multidão.

Para explicar melhor os efeitos da racionalidade neoliberal, o livro nos apresenta no segundo capítulo algumas figuras subjetivas da crise. São elas, na ordem apresentada pelo livro, o sujeito endividado, mediatizado, securitizado e representado. Todavia, longe de essencializar comportamentos identitários, o livro cria este arcabouço teórico buscando cartografar alguns dos efeitos subjetivos mais visíveis e impactantes, traçando coordenadas que passam pelo sistema financeiro, tecnologias de comunicação e informação, pelas relações humanas e pelas formas de organização política.

Neste sentido, a ideia de subjetividade do endividado seria uma forma de buscar descrever os efeitos na produção do sujeito pelo governo da dívida, onde a sociedade funciona como uma fábrica capitalista que coloca seus cidadãos a vender o tempo de vida. É um arranjo que beneficia rentistas fetichistas alienados dos efeitos do processo. Logo, a dívida funciona como um dispositivo de servidão, acarretando a perda da liberdade. Na sociedade neoliberal, a produtividade humana é mascarada pela dívida, e seus sujeitos estão enredados em organizações que cobram constantemente sua energia produtiva.

A segunda subjetividade apresentada é a do mediatizado: no mar computacional que gerou incriveis excedentes de informação, cada sujeito é forçado a se exprimir, não por coerção, mas por produção desejanete, captura de fluxos e produção contínua de formas de pensar. Para Negri e Hardt, há uma necessidade do silêncio para ter algo de valor a dizer, mas a mediatização da vida acaba com as fronteiras entre trabalho e âmbito pessoal, conectando todas as esferas da vida e borrando fronteiras da percepção. O resultado é muitas vezes uma subjetividade fragmentada e dispersa. Isto nos torna nem ativos nem passivos, mas constantemente absorvidos pelos fluxos informacionais e comunicacionais. O que gera uma inteligência humana mistificada e despotencializada, plena de informação morta e desconectada de pensamentos que possam transformar contextos concretos. Há, portanto, um distanciamento dos afetos políticos, nos modos de vida coletivizados e fabricados na relação com o outro, acarretando uma predominância de experiências superficiais, vazias e insignificantes.

Na sequência somos apresentados ao securitizado, a subjetividade daqueles que têm medo de viver fora da segurança configurada na sociedade contemporânea. Assim, os sujeitos são, concomitantemente, objeto e sujeito da segurança. Manter essa subjetividade em produção requer uma vida em um estado de exceção, um estado de guerra opressora mantida por servidão voluntária. O securitizado não é uma figura homogênea, pois há graus infinitos de necessidade de segurança que garantem a produção desta subjetividade. Para deixar mais claro à que se referem, os autores apontam a militarização e encarceramento nos EUA como exemplo palpáveis. Para eles, vivemos tempos de adestramento dos temores, onde o medo é um significante vazio a ser preenchido por diversos fantasmas, reforçados por um papel da mídia, na qual basta assistir ao noticiário para corroborar o afirmado.

Por fim, temos a figura do representado, a subjetividade que é produzida através da hegemonia do capitalismo administrado por sistemas representativos. Não se trata de defender um retorno à tirania ou a defesa de sistemas de governos autoritários, totalitários, dominados por pequenos grupos ou governantes individualizados. Ao contrário, o argumento é que a representação é um obstáculo e não benefício à democracia, pois condensa as subjetividades anteriores em um sistema que mistifica o jogo político, abrindo espaço para interesses parciais e excluindo o comum dos objetivos. Logo, a representação é um mecanismo que separa população e poder, gerando uma administração dominada pelo financeirismo fisiológico, pelas incursões midiáticas e demais poderes em ação, sempre tornando aquilo que deveria ser um espaço para

todos em um local de disputas particulares. Para Negri e Hardt, temos como resultado estruturas de participação invisibilizadas, descreditas, corruptas ou controladas, o que abre muito espaço para o populismo resume o contrapoder aos discursos identitários de meros agrupamentos sociais. Apesar da enorme crise dos sistemas representativos, é um mecanismo que somente funciona até hoje porque é conveniente aos fluxos financeiros, mesmo diante do abalo global dos sistemas de representações nacionais, cada vez mais dominados por interesses corporativos.

No terceiro capítulo os autores passam a nos apresentar características dos movimentos que promoveram rebeliões contra a crise anunciada. No entendimento dos filósofos, o ciclo de lutas iniciado em 2011 nos ensina a subverter a redução generalizada do potencial de ação humana através do poder da indignação, alimentado pela força subjetiva de estar juntos. A necessidade maior e apontada então é a reversão da dívida, a produção da verdade, a invisibilidade social e a constituição política. Analisemos cada um destes aspectos separadamente.

A recusa à dívida é a força que vem do desespero, um impulso em afirmar a plenitude. Não é romper vínculos sociais, descumprir acordos tácitos e destruir organizações coletivas, mas destruir o poder do dinheiro e suas obrigações sócias de reboque. Há uma interdependência produtiva de um comum endividado, e a Ética do comum, ao invés de uma obrigação moral da dívida, defende a valorização da vida coletiva em detrimento dos canais de acúmulo, muitas vezes mantidos pela produção desejante de subjetividades consumistas.

A produção da verdade é a necessidade de rompimento com a sociedade mediatizada pela pós-verdade, uma atitude de quebrar feitiços e produzir novas maneiras de se comunicar. Ao não se deixar enganar para produzir novas verdades, fica evidente que somente a informação não basta. O mediatizado teve seu desejo capturado, e sua vontade maior é estar conectado ao fluxo de informações randômicas, velozes e superficiais. Romper com esta subjetividade é promover uma singularidade antes de ser um ativista das mídias. Obviamente que, nesta visão, ser singular não é ser um eu integral, tampouco negar mídias, mas se relacionar diferente, ganhar mobilidade, romper com um elo que leva todos ao mesmo local de ser e pensar. Ao intensificar esse processo, um dos efeitos é a multidão descentralizada de singularidades se comunicando de maneira horizontal, de forma potencializada pelas mídias, que são então uma ferramenta para autoprodução coletiva. Os autores tiraram tal estratégia da capacidade comunicativa de um acampamento, característica de vários movimentos do ciclo de lutas de 2011.

Continuando, Negri e Hardt apontam a necessidade de libertação de um medo coletivo, através de modalidades de fuga que passam pela invisibilidade e pelo anti-heroísmo ao reconhecer o poder dos arranjos sociais em promover a insegurança. Inspirados em Foucault ao reconhecerem que o poder é uma relação, defendem a desobediência contra a servidão voluntária. Para justificar as opções, indicam o fracasso das prisões como sistemas de reeducação, o que termina por funcionar como um local de criação de subjetividades que perpetuam o medo. Demonstram também como o militarismo se torna um sistema de degradação das relações sociais. Todavia, os autores deixam claro a complexidade da questão ao dizer que tanto as prisões quanto o militarismo são como venenos dos quais não podemos nos livrar de uma só vez, sob pena de morte. O desafio é vencer a dependência do veneno gradativamente. Para eles, o fim do medo acaba com a relação de poder, não se tratando de martírio ou auto imolação, mas uma luta pela produção de outras estéticas da existência.

Por fim, o livro argumenta em favor da necessidade de constituição política. Mais do que isso, para os autores a crise não é só política, econômica e social, mas constitucional. Ou seja, há uma crise das instituições republicanas, e precisamos reabrir o debate de como nos organizamos como coletividade, demandando um espaço para a multidão. Assim, o desejo é pela reinvenção da democracia, renovar continuamente a partir de baixo. Para tanto, ainda temos a necessidade de um poder constituinte, mas que funcione em função dos desejos sociais, permeáveis à revisão das instituições. Portanto, o processo constituinte como produtor de subjetividades, algo que passa antes por um processo destituente que negue a filiação ao sistema atual.

E como atingir tudo isso? No capítulo “Constituindo o comum” Negri e Hardt apresentam uma declaração de princípios: a incapacidade dos poderes dominantes proporem algo para a crise do capitalismo, os mercados financeiros globais como a fonte de legitimidade dos governos. Os princípios de lutas colocados pelo ciclo iniciado em 2011 indicam que: todos são iguais, temos direitos inalienáveis à vida, liberdade, busca da felicidade, livre acesso ao comum, igualdade na distribuição da riqueza e sustentabilidade do comum.

Portanto, as demandas são por lutas constituintes, lutas no terreno do comum que apontam o caminho do novo processo constitucional. Precisamos também de lutas destituentes, que abram caminho para novas formas de organização social. Uma das premissas mais importantes afirma que o fracasso de algumas dessas lutas, como a brevidade da governança minoritária em governos da América Latina, não muda o fato da desconexão com o regime antigo estar se

aproximando, pois o tempo é autônomo na gerência das revoluções. Cada movimento social possui velocidades mistas, calendário e ritmo próprio, um ritmo de dispositivo alternativo, articulando outras demandas em movimentos da expansão das constituintes, acarretando sempre uma síntese singular.

Além da temporalidade alternativa, os novos movimentos sociais difundem e ensinam afetos políticos democráticos, onde as decisões não dependem de um líder. Mas, se ao mesmo tempo em que o tempo é próprio e não pode ser controlado, algumas lutas necessitam de contrapoderes urgentes, agindo em paralelo aos processos constituintes em locais de maior emergência social e ambiental, contra estados de guerra sem fim. Alguns exemplos têm se apresentado, como as petições e ações legais coletivas, mas não parece que estão sendo capazes de conter o avanço do corporativismo financeiro e a destruição do planeta.

No campo da comunicação, espaço de manutenção dos canais de expressão, há um entrelaçamento midiático nos canais do poder. Uma das frentes, portanto, trata do Capitalismo cognitivo a ser enfrentado no ciclo de lutas. Urge espaços com publicidade e transparência do poder constituinte, eliminando as transcendências do conhecimento e do poder.

As novas organizações e constituições sociais demandam proteção e expressão das minorias, entretanto sem revogar a maioria absoluta e sem dividir em grupos identitários com mecanismos de expressão das diferenças - sendo que minoria aqui se refere a alijamento social, e não quantidade. Minorias que buscam opressão de outras formas de vida, é claro, também não estão sendo alçadas a candidatas ao espaço comum.

O que é importante frisar é que processos plurais não buscam unanimidade, mas aglutinação contingente de diferenças. Logo, a maioria não é um bloco de concordância, mas uma concatenação de diferenças. Assim, as minorias são protegidas ao participar do processo, algo como tolerância ressignificada, ao invés de biopolíticas de inclusão pensadas pela ótica dominante.

Assim, há uma ontologia plural da política, um projeto múltiplo e compartilhado de um mesmo ciclo de lutas. A singularidade de cada luta promove um terreno comum, em demandas que colocam o federalismo como motor – entendido como causas comuns e não como pequenas unidades de representação estatal. O poder de decisão criado pelos movimentos deve residir com aqueles que estão agindo juntos politicamente, não pode ser transferido ou alienado.

Para colaborar com a compreensão do leitor, os autores fornecem alguns exemplos constitucionais em temas caros à humanidade, baseados nos princípios de tornar comum os recursos, desenvolver planos de autogestão, sujeitar todas as decisões a procedimentos de participação democrática. Assim, Negri e Hardt discorrem sobre os recursos hídricos, o sistema financeiro e a educação.

Quanto à água, afirmam que a infraestrutura de apoio também deve ser comum, fora da mão de especialistas, pensando nas próximas gerações e não na contingência econômica. Claramente que este tipo de gestão democrática demanda o conhecimento como questão prévia, requisito para estimular o apetite pelo conhecimento e prazer democrático.

Também devem ser submetidos a uma gestão democrática os bancos, para que não sirvam como instrumento de acumulação, colocando o dinheiro e as instituições financeiras subordinados às necessidades sociais. Não se trata, todavia, de socializar os bancos em nome de uma transcendência chamada coisa pública, uma estatização do dinheiro, experiência previamente mal sucedida em países socialistas.

Para finalizar os exemplos, os autores afirmam que a educação não é somente questão de conhecimento. O objetivo último da educação deveria ser ensinar a pensar, para isso construindo pontes com acesso livre, igualdade, sustentabilidade e participação – o que demanda modificação de suas estruturas, abertura para a democracia real, colocando os interesses sociais acima do interesse empresarial.

O que os exemplos evidenciam é uma defesa do comum em oposição ao público, pois esta leva ao controle estatal. Isso não significa rejeitar todas as políticas públicas, mas tampouco se contentar com elas. Temos a necessidade, portanto, de um relacionamento aberto entre movimentos e governos, uma forma plural de governança com múltiplas entradas e uma formação indefinida de normas para as formas de vida que inventamos: esses são alguns elementos que constituem o horizonte processual de uma democracia participativa do comum.

Assim, precisamos de uma agenda para novos poderes e novas divisões de poderes. Os argumentos em favor do anunciado indicam que a crise da representação acarreta em uma diminuição do poder do legislativo, circunscrito a atravancar o executivo. Logo, a fé da esquerda na república e no legislativo evidencia sua falta de força. Para além disso, há um aumento da complexidade das questões do Estado, evidenciado pelo financiamento privado, pelos jogos

midiáticos e pela corrupção na crise da representação. O judiciário já serviu como contrapoder, mas há histórico de muitos desastres e hegemonia conservadora nesse poder também.

Logo, o legislativo não deveria ser órgão de representação, mas facilitador da participação coletiva, com o intuito de trazer o debate ao nível da realidade social, incorporar o contexto dos múltiplos movimentos sociais. Outro princípio é a adoção do Federalismo como princípio fundamental, no sentido de inúmeras forças políticas não piramidais, mas horizontais e extensivas, com abertura para modulações temporais. O resultado é um governo de todos por todos. Para atingir tal modo de viver, deve-se lutar contra a aversão política na promoção de novos afetos democráticos que desejem o autogoverno.

Quanto ao executivo, Negri e Hardt realizam uma crítica às formulações contemporâneas sem lamentar pelas formas socialistas, igualmente burocratizadas e centralizadas, pouco participativas. Ao apontar um Estado Neoliberal fortíssimo na ação empresarial, vide crise financeira internacional de 2008, os autores refutam a ideia de desenvolvimento como aumento de consumo. Como alternativa, apresentam a centralidade do comum, tanto no espaço ambiental do planeta, bem como as produções simbólicas da humanidade. Desenvolvimento significa então mecanismos de compartilhamento, e não somente como crescimento, que nem sempre é necessário, administrado em relação orgânica com o legislativo.

Para encerrar, no âmbito do judiciário a primeira missão é reconhecer seu aspecto político. As funções constitucionais, portanto, seriam funcionar como um contrapeso ao governo, não pela inércia do tempo que coloca sujeitos em funções perpétuas, mas pela interpretação da constituição de forma coletivizada, retirando das mãos de especialistas sedentários corruptíveis.

O último capítulo do livro funciona mais como um epílogo acerca do advento do homem comum. Para concluir a reflexão, Negri e Hardt afirmam que os movimentos servem como exemplos, mas não possuem a força necessária. Vivemos tempos de forças hegemônicas massacrantes, mas somos igualmente marcados pela imprevisibilidade do futuro.

Assim, temos uma tarefa política paradoxal: se preparar para dias diferentes sem saber como serão ou quando virão. Neste sentido, os movimentos podem servir como guias de ação futura, ajudando na libertação da moralidade da dívida, da disciplina do trabalho, elucidando as injustiças sociais. Permitem quebrar o feitiço das telas, escapar dos regimes de segurança ao se tornarem invisíveis. Desmistificam as estruturas de representação que enfraquecem ações políticas democráticas. Nos movimentos não há somente negação, mas criação do homem



comum, homem que produz o comum, local de administração e participação democrática. Comum não se trata do uniforme, mas da interação de singularidades, produzidos nas trocas. Movimentos poderosos justamente pela falta de líderes, de exacerbação de individualidades.

Como o Brasil não se encontra alheio a todo este contexto, julgamos que a obra de Antonio Negri e Michael Hardt fornece conceitos potentes para pensar o cotidiano, o posicionamento político, o viés educacional, rumando a locais mais democráticos – democracia real, no sentido colocado pelos autores.

Rubens Antonio Gurgel Vieira  
Unicamp/FEFISO | Pesquisador Phalla/Coordenador GEPEF  
Campinas/Sorocaba | SP | Brasil.  
Contato: rubensgurgel@hotmail.com  
ORCID 0000-0002-9409-9245

Maurício Massari  
FEFISO | Diretor  
Sorocaba | SP | Brasil. Contato: massari@fefiso.edu.br  
ORCID 0000-0002-1462-8806